

Artigo de Pesquisa**A AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROTAGONISTA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM RONDÔNIA****Family farming as a key player in food production in Rondônia**

Wesley Henrique Garcia e Silva¹, Ricardo Gilson da Costa Silva²

¹ Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), Porto Velho, Brasil. E-mail: wesley.geo.29@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7393-5494>

² Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq, Porto Velho, Brasil. E-mail: rgilson@unir.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3348-9629>

Recebido em (05/10/2023) e aceito em (02/12/2023).

RESUMO: Em face dos novos modelos produtivos no campo, esta pesquisa trata da Agricultura Familiar como protagonista na produção de alimentos em Rondônia. Como questionamento que norteia o estudo, faz-se a seguinte indagação: quais são as contribuições da Agricultura Familiar na produção de alimentos? Diante dessa pergunta, tem-se como objetivo geral compreender como a agricultura familiar de Rondônia tem contribuído para a produção de alimentos que abastece a mesa da população. Justifica-se esse estudo por reforçar a participação da agricultura familiar na construção de uma alimentação saudável oferecida à população, mesmo diante dos desafios enfrentados. Como procedimento metodológico, dividiu-se a pesquisa em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental no Censo Agropecuário de 2017 e trabalho de campo em Rondônia. Os resultados mostraram que a Agricultura familiar contribui expressivamente na produção de alimentos, como frutas, café, queijo, mandioca e farinha de mandioca, leite, dentre outros. A pesquisa também revelou que essa categoria possui uma produção diversificada e plural de alimentos, mesmo diante dos desafios enfrentados no campo rondoniense.

Palavras-chave: Produção Agrícola; Agricultura Familiar; Alimentos; Rondônia.

ABSTRACT: In view of new production models in the countryside, this study looks at family farming as a key player in food production in the state of Rondônia, in Brazil. The question that guides the study is: what are the contributions of family farming in Rondônia to food production? Given this question, the general objective of this research is to show how family farming in Rondônia has contributed to the production of food that supplies the population's table. This study is justified because it shows and reinforces how family farming has participated in the construction of healthy food for the population, even in the face of adversity. Furthermore, the research corroborates the literature on the debate, as it strengthens the importance of this category in the face of new dynamics taking place in the countryside and reinforces their identity as true protagonists. The methodological procedures were divided into three stages: bibliographical research, documentary research on the 2017 Agricultural Census and fieldwork on rural properties in Rondônia. The results showed that family farming makes a significant contribution to foodstuffs such as fruit, ground coffee, cheese, manioc and manioc flour, milk and others. The

research also revealed that this category has a diversified and plural production of food even in the face of the adversity.

Keywords: Agricultural Production; Family Farming; Food; Rondônia.

RESUMEN: Delante de los nuevos modelos productivos en el campo, esta investigación trata de la Agricultura Familiar como protagonista en la producción de alimentos en Rondônia. Como pregunta que guía este estudio nos hacemos la siguiente indagación: ¿cuáles son las contribuciones de la Agricultura Familiar, en Rondônia, en la producción de alimentos? Acerca de esta pregunta, el objetivo general de esta investigación es exponer cómo la agricultura familiar de Rondônia ha contribuido para la producción de alimentos que integran la mesa de la población. La justificación de este estudio es reforzar cómo la agricultura familiar ha sido formativa de la alimentación saludable ofrecida a la población pese a los retos afrontados. Además, la investigación corrobora la literatura sobre el debate ya que robustece la importancia de esta categoría ante las nuevas dinámicas que ocurren en el campo y refuerza su identidad como sus verdaderos protagonistas. Como procedimientos metodológicos hay tres partes: investigación bibliográfica, investigación documental en el Censo Agropecuario de 2017 y trabajo de campo en propiedades rurales en Rondônia. Los resultados encontrados han mostrado que la Agricultura familiar contribuye de manera expresiva en lo que respecta a frutas, café molido, queso, yuca, leche dentre otros. La investigación también ha expuesto que esa categoría posee una producción diversificada y plural de alimentos pese a los retos afrontados en el campo.

Palabras-clave: Producción Agrícola; Agricultura Familiar; Alimentos; Rondônia.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar (AF), enquanto categoria social e produtiva do campo brasileiro, merece atenção por sua resistência política e contribuição na produção de alimentos. Diante das dificuldades econômicas e tecnológicas, a AF tem se mostrado resistente às coerções das grandes corporações no mundo agrário. Assim, é preciso compreender que o processo de construção e institucionalização da AF desdobrou-se ao longo do tempo, perpassando desde os debates na academia, agências públicas e privadas, até os movimentos sociais, mantendo-se ativa na produção de alimentos e servindo a base alimentar da população brasileira.

O espaço rural brasileiro, desde a Revolução Verde (década de 1960), sofreu transformações que modificaram os processos produtivos em múltiplas escalas. A entrada do capital fez com que se desenhassem novas rotas de produção e comercialização da agropecuária. A tecnologia, aliada à pesquisa científica, trouxe o domínio territorial das monoculturas, o que afetou, principalmente, os pequenos produtores, acentuando, assim, o êxodo rural. Tal situação ocorreu no estado do Paraná, na década de 1979, impulsionando a migração para o então Território Federal de Rondônia, cuja política de colonização estimulou todo esse processo de ocupação de novas áreas na Amazônia (COSTA SILVA, 2016).

Esses rearranjos produtivos mostram como a produção agrícola vem se modificando ao longo do tempo. Com a inserção do mercado globalizado, que prioriza as demandas externas, a produção de *commodities* - como a soja e o milho - foi espalhando-se no território brasileiro, ampliando escala produtiva, sendo legitimada pelo Estado por meio de financiamentos de crédito, incentivos fiscais e distribuição de terras para os grandes produtores rurais e empresas agropecuárias. Ressalta-se,

nesse processo, a deliberada “invisibilidade estatal” para com a pequena propriedade foi crucial para que houvesse uma disparidade na forma organização fundiária e produtiva no espaço agrário.

O domínio territorial das monoculturas e do agronegócio não poderia ter outro resultado senão a concentração fundiária, o que desenhou uma dicotomia entre a agricultura patronal e agricultura familiar, entre mononatureza e sociobiodiversidade. Essa bifurcação das categorias pode ser claramente vista a partir do momento em que se analisa o que está sendo produzido, como e para quem está sendo comercializada a produção no campo. De um lado, tem-se uma encorpada produção de grãos para exportação; de outro, há os agricultores familiares resistentes em seus espaços, que continuam mostrando-se como protagonistas na produção agropecuária diversificada, na agroecologia e na subsistência familiar, mantendo a renda de suas famílias, sendo a soberania e segurança alimentar o ponto fulcral.

Nesse contexto, a questão norteadora desta pesquisa é saber quais são as principais contribuições da agricultura familiar em Rondônia? Assim, nosso objetivo geral é analisar como a agricultura familiar tem contribuído para a produção de alimentos que abastece a mesa da população. Em primeiro momento, justifica-se o estudo por trazer e reforçar como a AF tem sido participativa na construção de uma alimentação saudável oferecida à população, mesmo diante dos inúmeros desafios enfrentados. Outrossim, a pesquisa corrobora para a literatura acerca do debate, pois robustece a importância desse segmento produtivo frente às novas dinâmicas que acontecem no campo e reforça sua identidade como verdadeiros protagonistas do mundo agrário.

MATERIAIS E MÉTODOS

O recorte espacial deste estudo é o estado de Rondônia, localizado na Região Norte, formado por 52 municípios, distribuídos em oito microrregiões, com população de 1.581.016 de habitantes (IBGE, 2023).

Para encaminhamento da pesquisa, três procedimentos foram efetuados: primeiro, a revisão bibliográfica atinente aos debates e desafios da produção agropecuária, agricultura familiar, produção de alimentos e soberania alimentar. A seleção do material bibliográfico foi realizada no site do Periódicos CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Em seguida, a coleta de dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, relativos à produção agropecuária, priorizando a variável Valor Bruto da Produção (VBP). A coleta de dados ficou centrada na produção total e produção familiar. Nessa etapa, delimitou-se a coleta de dados dos seguintes alimentos: arroz, feijão, café, frutas, produção de horticultura e leite. Foram inseridos os produtos processados da agroindústria como, por exemplo, mandioca, queijos, manteigas, dentre outros. A escolha desses produtos se justifica pelo fato de alguns desses fazerem parte da cesta básica de alimentação, conforme indica o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Nas palavras de Martinelli e Cavalli (2019), esse leque de alimentos fazem parte de uma alimentação saudável e adequada para a população. Ainda nessa etapa, após a coleta de dados, organização e catalogação, foram

construídas tabelas e gráficos como recurso analítico para o desenvolvimento da pesquisa.

Na terceira etapa, realizou-se trabalho de campo, em julho de 2022, ao longo da rodovia BR-364, em pequenas propriedades de Rondônia, priorizando os municípios de Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Ouro Preto D'Oeste, Mirante da Serra, dentre outros. Foram feitas visitas aos proprietários, com diálogos referentes à realidade regional, condições de produção, organização social, políticas públicas e principais desafios enfrentados pela AF.

AGRICULTURA FAMILIAR: CONSTRUÇÃO E REAFIRMAÇÃO DA CATEGORIA DE ESTUDOS

A agricultura familiar no Brasil tem seu processo de construção que perpassa desde as raízes camponesas até o período de sua institucionalização, abrangendo um espaço temporal de desafios e dificuldades. De modo geral, agricultura familiar e camponato transparecem serem sinônimos e possuem a mesma ideia de produção e reprodução social. Contudo, quando estudamos sobre as produções no campo, faz-se necessário diferenciar essas categorias com apoio na literatura especializada, ao passo que o intuito é ressaltar as características da a lógica produtiva familiar.

É preciso, primeiramente, compreender que nos estudos voltados à AF, registrar-se, ao menos, duas grandes vertentes que procuram delinear sobre os parâmetros que tange a abordagem e como ela se caracteriza como categoria de análise no campo. Assim, a primeira vertente considera a AF como um novo grupo que foi se desdobrando ao longo dos acontecimentos históricos, dado as transformações que o capitalismo provocou nos processos produtivos, assim como, as formas de ação do Estado na orientação às políticas agrícolas. Outra linha, apresenta a ideia de que a AF possui suas raízes no camponato e que por mais que esses sujeitos se metamorfoseassem, jamais perderiam seus traços de campones, pois, sua memória está guardada no camponato e nas formas familiares de produção.

Analisando a primeira corrente de pensamento, encontra-se Abramovay (1992), que indica em seus estudos que não vê sentido em significar nas raízes históricas do camponato o conceito da esfera agricultura familiar. Em suas anotações, o autor argumenta que esta é uma categoria que, de certo modo, está pautada no avanço da tecnologia sobre o campo, aliando produção agropecuária familiar e inserção no mercado. Ressalta-se o papel do Estado como indutor de políticas de crédito, acesso à tecnologia, organização socioprodutiva e gestão agropecuária da AF. Conforme o autor, há conceitos distintos sobre a racionalidade do camponato e da agricultura familiar, pois, a segunda não está apenas na seguridade de uma base familiar e nem depende propriamente da família, mas como ela se organiza e se capacita para produzir e inserir-se no mercado, tratando-se de um novo segmento familiar na agropecuária.

De outro lado, assumindo fontes teóricas de Lamarche (1994), Wanderley (2003) traz uma visão diferente sobre essa questão. A autora retoma a ideia de que a agricultura familiar mantém laços com os modos de produção tradicionais e mantém laços firmes

com o campesinato, sendo praticamente impossíveis de serem desatados. Significa reconhecer que o campesinato, assim como outros segmentos ou classes sociais, transforma-se no curso da história social, seja na adaptação aos emergentes processos produtivo-tecnológicos, seja nas lutas sociais que encaminham ao Estado políticas mais adequadas à produção familiar e sua reprodução social.

Contudo, cabe salientar que antes da década de 1980 o termo/noção de “agricultura familiar” ainda não havia aparecido nos estudos acadêmicos. Vários autores pontuaram que, de fato, essa linguagem surgiu por volta de 1985, mas só passou a ganhar força a partir da década de 1990. Antes, os estudos do campo referenciavam os agricultores familiares como pequenos produtores, pequenos proprietários, lavradores e, só mais tarde, vai aparecer as noções de propriedade familiar e agricultura familiar.

É preciso ressaltar, entretanto, conforme destacado por Graziano da Silva (1998), que a década de 1980 é vista como uma “década perversa” para os pequenos produtores rurais. O autor argumenta que nesses anos, tanto o governo Figueiredo quanto os governos de Sarney e, posteriormente, Collor, procuraram dar maior ênfase às exportações, a fim de gerar saldo para a balança comercial, uma vez que a dívida externa ultrapassava U\$\$ 80 bilhões. Com efeito, essa política diminuiu o consumo interno, o que acabou por privilegiar as classes elitizadas, que já concentravam terras e capital na produção agropecuária. Como corolário, a produção familiar foi sendo esquecida, dado os baixos investimentos para este segmento. Nesse período, os movimentos sociais do campo cresceram e se colocaram contra as rígidas e seletivas políticas aplicadas ao setor rural, cujo produto demonstrava o crescimento da pobreza, concentração fundiária e violência no campo.

Schneider (2010), por sua vez, afirma que foi em meados de 1990 que o termo AF foi assumindo relevância no meio acadêmico. Contudo, o autor faz-nos lembrar que foi nesse mesmo período que o discurso do sindicalismo rural, ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), popularizou a expressão e atingiu conseqüentemente a pauta política. Schneider (2010) pontua que o uso da expressão acontece de forma quase que simultânea em duas esferas. De um lado, o termo é apropriado pelos movimentos sociais e sindicalismo rural, principalmente aqueles ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que paulatinamente deram voz aos que outrora eram cunhados de pequenos agricultores. De outro lado, o movimento científico-acadêmico, que passou a investigar e construir novos referenciais teóricos para compreender as transformações do campo brasileiro e a inserção da agricultura familiar como segmento social protagonista desse processo.

Os debates, dentro e fora da academia, sobre a categoria agricultura familiar foram ganhando cada vez mais força, havendo uma identificação desta categoria com a produção de alimentos no Brasil, aonde parte da produção foram direcionados às pessoas em situação de insegurança alimentar. Destaca-se, ainda, que a produção e os agricultores familiares sempre existiram, contudo, houve falhas sistemáticas e tardio reconhecimento desses sujeitos como protagonista social, político e econômico na esfera agrícola brasileira (HESPANHOL, 2000).

Pinheiro (1999) traz suas contribuições sobre o debate do processo histórico da formação da categoria agricultura familiar, observando as mudanças que aconteciam nas economias mundiais e a impulsão da globalização como dois fatores que motivaram o olhar mais atencioso nas esferas acadêmica e política. O autor acrescenta que os agricultores familiares passaram a ocupar um espaço plural no cenário nacional, espaços esses outrora ocupados por latifúndios, sobretudo, na mídia que noticiava a relevância da produção de alimentos e geração de trabalho e renda.

Sobre os programas de crédito, o autor ressalta a criação do PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), lançado em agosto de 1995. Essa linha de crédito tinha como objetivo central o custeio da produção das propriedades rurais familiares. Outrossim, dado as reivindicações da CONTAG, no ano seguinte, outra medida de política pública passou a alcançar a agricultura familiar. Tem-se, então, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Graziano da Silva (1998) reforça que esse programa visava promover inicialmente o crescimento da produção, qualificar a capacidade produtiva, geração de emprego e melhorar a renda. Destaca que no mundo rural, o novo ator social é o agricultor familiar, ao ser ele quem combina as atividades agrícolas e não-agrícolas e ainda se preocupa com ocupação dos seus membros familiares no processo produtivo.

Outros cenários foram se desenhando na década de 2000. No primeiro Governo Lula, em 2003, houve uma articulação que envolveu os órgãos governamentais para atuar nas políticas da agricultura familiar. Contudo, é importante frisar que a participação dos pesquisadores na construção de estudos voltados à produção familiar mostrou-se de extrema relevância para o alcance de políticas públicas e institucionalização da categoria de produtores familiares no Brasil. Neste caso, trata-se de uma situação incomum de aproximação de movimentos sociais e sindicalismo rural, academia e agências públicas na proposição e implantação de políticas públicas para atender um segmento social.

Em julho de 2006, tem-se definitivamente o marco legal que consiste em definir quem se enquadra e se caracteriza como agricultor familiar no Brasil. Assim, a Lei 11.326/2006 dispõe o seguinte:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

Apesar de ainda haver várias discordâncias quanto à definição conceitual, pondera-se a agricultura de base familiar apresenta as seguintes condições: terra, família e trabalho estão interligados e intimamente relacionados, não podendo ser

desassociados. Além disso, há o reforço da ideia base, onde sua estrutura aglutina a pluralidade de sujeitos envolvidos nesse modelo de produção. Esses sujeitos, por sua vez, são dinâmicos e sempre estão elaborando novas estratégias que os proporcione a adaptação e manutenção aos emergentes mecanismos econômicos, tornando o segmento muito heterogêneo (CARNEIRO, 1999; WANDERLEY, 2000).

Contudo, ressaltamos que não é cerne de nosso estudo apegarmos a alguma vertente da AF, mas sim o que a caracteriza como categoria de estudos do campo. Assim, optamos por seguir o que preconiza a legislação de julho de 2006 sobre a Agricultura Familiar, haja vista que a nossa base de dados para tratar o estudo (Censo Agropecuário 2017) traz a caracterização conforme a Lei 11.326/2006, atualizada em 2017.

O PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA

Na década de 1970, a Amazônia vivia sobre a gestão da ditadura militar, cujo ponto central da ação estatal foi abrir a floresta como novo espaço de acumulação do capital. Para isso, vários projetos de infraestrutura foram implantados, de modo que sua configuração territorial fora transformada para dar vazão aos processos socioeconômicos que se instalavam na região. Um desses processos, a colonização agrícola, migração e abertura de estradas, foi crucial para transformar o então Território Federal de Rondônia. Neste caso, em especial atenção à migração e à distribuição de terras, os pequenos proprietários foram denominados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de colonos, os beneficiários da reforma agrária. Posteriormente, chamados de pequenos proprietários, camponeses, e no final da década de 1990, de agricultores familiares.

Como herança da colonização, que se encerra na primeira metade da década de 1990, uma das particularidades da geografia agrária de Rondônia consistiu na formação de uma base rural produtiva assentada na pequena propriedade, na agricultura familiar, cuja participação assume importância tanto na produção agropecuária quanto na inserção econômica e social no espaço regional (COSTA SILVA, 2016).

Ao longo do período a AF busca manter sua importância regional. Contudo, no final do século XX, com a inserção da soja e dos portos privados das grandes empresas do agronegócio em Rondônia, essa nova variável da economia regional vai se deslocar do sul rondoniense em direção a todas as sub-regiões do estado. Como consequência, o preço da terra cresceu e a pressão nas propriedades familiares igualmente se faz presente. Desse modo, a concentração de terra e a migração campo-cidade tende a aumentar em Rondônia, ampliando a pressão nos territórios da AF (COSTA SILVA, 2013).

Na segunda etapa deste texto, conforme os procedimentos metodológicos, foram realizadas as coletas de dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, nos revelando que a AF possui participação expressiva no que diz respeito à produção agrícola. Rondônia possui hoje um total de 91.438 estabelecimentos agropecuários, dos quais 81% (74.329) são unidades rurais da AF. Em termos de área agrícola, a AF responde

por 38% do total de áreas dos estabelecimentos agropecuários. Quanto a média dos estabelecimentos agropecuários pelo total de área da AF (3.480.245 ha), verificou-se que os 74.329 tem em média 47 ha.

A faixa, conforme a divisão do Censo Agropecuário, que mais aglutina unidades familiares em Rondônia é a de 20 ha a menos de 50 ha. Pode-se verificar que há o quantitativo de 22.039.000 propriedades familiares nesse grupo, o que significa quase 30% do total dos estabelecimentos agropecuários familiares. Destaca-se o município de Machadinho D'Oeste, que mais comporta esses estabelecimentos familiares.

Contudo, ainda na questão relacionada à estrutura fundiária, é possível verificar que, entre a soma das faixas de 0,1 ha até 20 ha, acumula-se um total de mais de 25.000 estabelecimentos, o que corresponde a 34%. De igual modo, pode-se aferir que a soma das faixas a partir de 50 ha até 200 ha também correspondem um pouco mais de 34%. Considerando que para o enquadramento da AF, conforme a Lei 11.326/2006, um dos requisitos é compor propriedades com até quatro módulos fiscais, sendo que em Rondônia o módulo fiscal corresponde a 60 ha (máximo de 240 ha).

Com relação à produção de alimentos, conforme Tabela 1, iniciaremos a análise a partir do produto agrícola. Percebe-se uma significativa participação da AF em relação ao café, sendo então o alimento agrícola mais importante do segmento com relação ao total produzido, seguido da produção de frutas e mandioca.

Tabela 1. Participação da agricultura familiar de Rondônia na produção de alimentos (2017)

Produtos	Total (VBP*)	Agricultura Familiar (VBP)	Participação (%)
Café torrado e moído	220.000	213.000	97%
Polpa de frutas	5.563	5.299	95%
Suco de frutas	1.620	1.545	95%
Farinha de mandioca	14.005	13.185	94%
Inhame	3.394	3.131	92%
Mandioca	45.834	41.455	90%
Leite de Vaca	752.957	659.933	88%
Frutas	70.472	61.881	88%
Pepino	4.170	3.616	87%
Feijão	7.211	6.216	86%
Cebolinha	6.472	5.231	81%
Tomate (estaqueado)	4.670	3.562	76%
Alface	11.756	8.319	71%
Queijo e requeijão	31.522	21.069	67%
Manteiga	54	27	50%
Pecuária Bovina	2.444.521	514.479	21%
Arroz	77.544	5.236	7%

Fonte: elaborado pelos autores com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE).

* Valor Bruto da Produção.

A farinha de mandioca, um alimento processado na agroindústria familiar, também se configurou com importante participação da AF. Ressalta-se que, de acordo com Rosa Neto (2009), em análise da cadeia produtiva de mandioca em Rondônia, a cultura pode ser classificada em duas categorias, sendo elas a de mesa e a industrial. Para o autor, a produção familiar dedica-se, em sua maioria, à mandioca de mesa, principalmente quando da comercialização *in natura*.

Dentre os alimentos agrícolas, é importante destacar a pujante participação da AF na produção de hortaliças. Verifica-se que o inhame, pepino, alface e tomate se sublinham como as maiores produções. Em se tratando dos principais alimentos na mesa do brasileiro, destaca-se a produção de feijão, em que toda a produção da AF responde por 86% do Valor Bruto da Produção (VBP), sendo uma importante contribuição para a alimentação saudável. Contudo, em termos produtivos o feijão já foi mais expressivo em Rondônia.

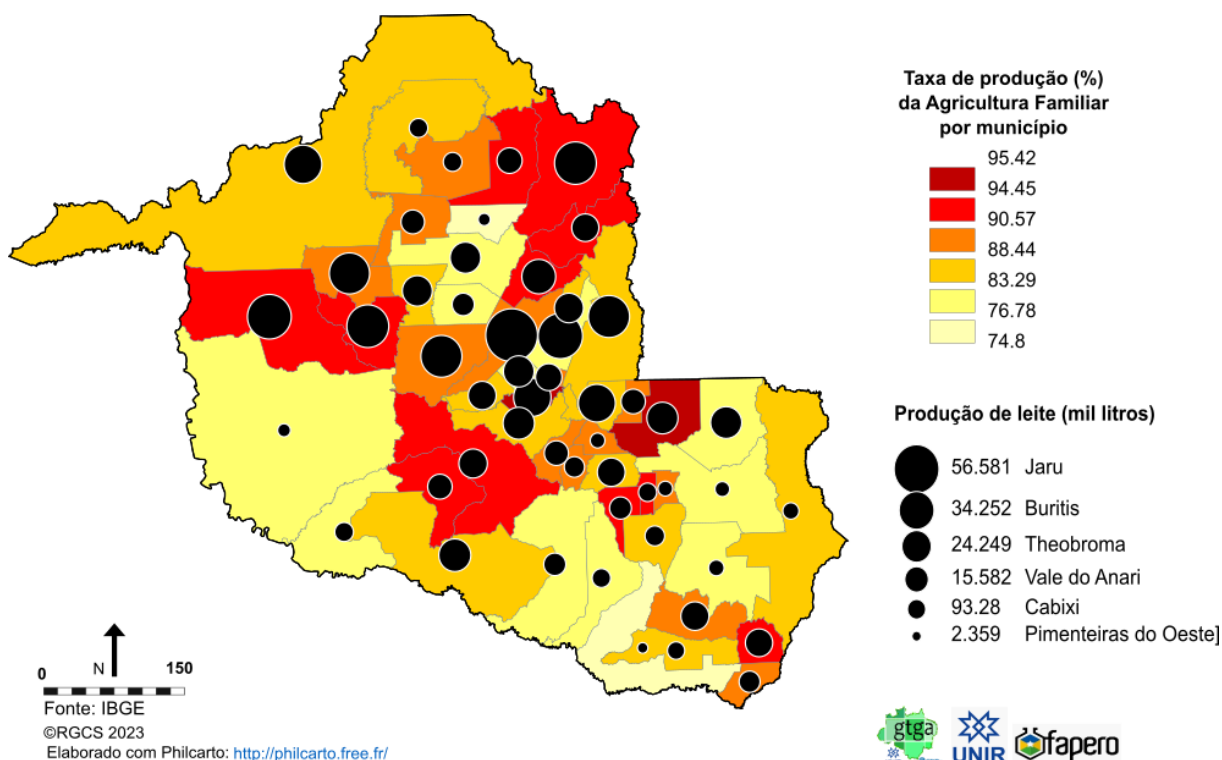


Figura 1. Agricultura familiar: distribuição da produção leiteira em Rondônia (2017). Fonte: elaborado pelos autores com base no Censo Agropecuário 2017.

Quanto à pecuária e seus derivados, a participação relevante da AF se registra na produção leiteira, com um total de R\$ 752.957.000 de VBP, correspondendo a 88% da produção, destacando-se como os protagonistas relevantes no cenário nacional. O estado registrou o total de 899.981.000 litros de leite, conforme o Censo Agropecuário de 2017. Desse total, a AF foi responsável por 792.494.000 litros, ou

seja, 88% do total da produção. Assim, a produção pecuária, tanto na produção leiteira e seus derivados (leite, queijo e requeijão, manteiga) quanto na participação na criação do rebanho bovino apresenta a AF como importante segmento produtivo. Na escala estadual, verifica-se que as maiores produções leiteiras estão concentradas em Jaru e Nova Mamoré, seguidos por Campo Novo de Rondônia e Ouro Preto do Oeste (Figura 1).

Por meio da análise, é possível verificar que a AF possui expressiva participação consoante ao Censo Agropecuário, no que diz respeito à produção alimentar, que produz desde frutas, mandioca, café, arroz e feijão, sendo relevante na produção pecuária. Nesse sentido, é importante ressaltar o quanto a AF, mesmo diante do avanço do capital no campo, com monocultura e concentração de terra, tem resistido e mantido a pluralidade produtiva.

Em julho de 2022, realizamos um trabalho de campo ao longo da rodovia BR-364. Neste percurso, visitamos pequenas propriedades rurais em vários municípios. A partir dessas visitas foi possível construir diálogos com os agricultores familiares, o que nos permitiu conhecer modos de vida e produção, organização social e desafios enfrentados pela produção familiar.



Figura 2. Produção de uma propriedade rural familiar em Rondônia (2022). Fonte: os autores. Trabalho de campo (2022).

Com relação à terceira parte de nossa investigação, o trabalho de campo, a primeira propriedade que visitamos fica localizada no Assentamento Águas Claras, em Vilhena, na região sul do estado. O agricultor entrevistado expôs que o principal produto do sítio, com 2 hectares e sete vacas leiteiras, é o leite e seus derivados. São produzidos queijos, manteiga, requeijão e doces, todos comercializados na cidade, diretamente

com o consumidor. Quanto à produção agrícola, há também culturas, principalmente, de banana, batata, abóbora e laranja, que também são comercializados nos municípios vizinhos (Figura 2). O maracujá é produzido de forma totalmente orgânica. A mandioca, por sua vez, segundo o produtor rural, serve à subsistência da família. Contudo, há vizinhos que vendem o excedente. Há também, no assentamento, produção do feijão que também é comercializada na cidade de Vilhena.

Questionado sobre os desafios e dificuldades vivenciados, relata que a principal dificuldade é a parca Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER): “a assistência técnica é precária. Vilhena tem poucos assistentes para nos atender. É apenas um para todos os proprietários do assentamento e a visita acontece uma vez depois de muito tempo”. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, cerca de 82% dos estabelecimentos agropecuários não recebem assistência técnica em Rondônia. Deduz-se que os principais prejudicados são os estabelecimentos da AF.

Em outra propriedade, no mesmo Assentamento, uma produtora rural familiar nos relatou que sua principal produção e fonte de renda está na pecuária leiteira. Para ela, a partir do leite é possível fazer outros produtos, permitindo, além da subsistência familiar, efetivar a comercialização. Contudo, relata que não lhe é vantajoso, em termos de margem de lucro, vender o leite para as cooperativas, haja vista o baixo valor que vem sendo praticado pelo mercado. Além da produção leiteira, há também outros produtos, como o maracujá, utilizado para vender *in natura*, ou a polpa da fruta, diretamente para o consumidor final, na cidade ou em pequenos comércios da região (Figura 3).



Figura 3. Produtora familiar rural no Assentamento Águas Claras (Vilhena/RO). Fonte: os autores. Trabalho de campo (2022).

Já na região central do estado, em Cacoal, visitamos uma propriedade rural cuja produção principal é baseada no plantio de café. O sítio tem 5 hectares (ha), administrado predominantemente pela família, que mora e produz na propriedade. O processo produtivo ocorre desde o preparo do solo para o plantio até a comercialização, tornando, assim, o café a principal fonte de renda desses agricultores familiares. Há, também, o relato dos desafios enfrentados quanto à assistência técnica, pois de acordo com um dos produtores: “há assistência, mas ainda muito pouca em relação às grandes propriedades”. Assim, tal situação faz com que a procura por uma assistência seja feita particularmente, aumentando o custo da produção agrícola.

Em Nova União, no Assentamento Margarida Alves (Figura 4), pudemos dialogar com uma família que também nos relatou que sua principal produção é a pecuária leiteira. Contudo, isso não significa que a produção apenas advém do leite e seus derivados. Há uma participação significativa na formação da renda familiar, na criação e comercialização de galinhas, ovos e banana. Nessa última, de acordo com um dos familiares do estabelecimento, a produção cresceu depois da intervenção da ATER para o controle de pragas que assolava as bananeiras.



Figura 4. Sede do Assentamento Margarida Alves em Nova União/RO. Fonte: os autores. Trabalho de campo (2022).

É importante ressaltar que diante do trabalho de campo, pode-se conhecer como esses agricultores familiares têm se organizado e produzido. Assim, constatamos

haver de fato uma produção diversificada que é voltada para aqueles produtos agrícolas, conforme demonstra o Censo Agropecuário 2017, onde o foco da produção familiar está voltado para os alimentos.

Contudo, os relatos principais se referem às dificuldades com a assistência técnica. O debate acerca da necessidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na agricultura familiar pode ser fundamentada em Batalha *et al.* (2005), evidenciando que a entrada da AF no mercado competitivo, o aumento de sua renda e produção, a agregação de valor, somente deve ser possível por meio da capacitação técnica nas atividades produtivas e a gestão do estabelecimento agropecuário.

Em Guilhoto *et al.* (2005) e Castro (2017), a crítica é tecida de forma mais contundente sobre a ausência dessas políticas públicas de acesso a ATER. Os autores destacam as negligências do setor público para com agricultores familiares, as consequências das incapacitações da gerência do estabelecimento e nas atividades produtivas do setor. A falta de assistência, por exemplo, recai sobre a produção, que pode ser insuficiente para arcar com custos totais. Conforme se acentuem os problemas com ATER, aumentam as possibilidades de levar à retração os estabelecimentos rurais familiares. A importância da ATER para a agricultura familiar no Brasil foi mostrada no trabalho de Rocha Júnior *et al.* (2020). Na pesquisa, os autores constataram que o uso da ATER surte efeitos de acréscimo de renda dos agricultores familiares que a utilizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como a agricultura familiar de Rondônia tem contribuído para a produção de alimentos que abastece a mesa da população. Diante disso, iniciamos uma investigação, em primeiro momento, no campo teórico, para delinear sobre o que se entende por Agricultura Familiar na literatura especializada. Nessa parte, identificamos que há duas importantes vertentes que discutem com maior ênfase sobre o tema. De um lado, uma linha que preconiza a ideia de que a agricultura familiar é aquela que deriva do avanço da tecnologia sobre o campo, aliando suas produções que acompanham o mercado. Outra concepção parte da ideia central de que a agricultura familiar mantém suas raízes históricas fincadas no campesinato e são indissociáveis. Contudo, ela é fruto das ações do Estado.

Dentre os alimentos pesquisados em Rondônia, a maior participação está no café, feijão, frutas, polpas de frutas, queijos, hortaliças, leite, etc. Ressaltamos que esses são produtos diretamente ligados a uma alimentação saudável e que faz parte do cotidiano da mesa do brasileiro.

Para reforçar o estudo, realizamos um trabalho de campo, onde pudemos conhecer a realidade desses produtores familiares. Foi possível confirmar, então, que há uma diversificação produtiva cujo foco está pautado nos alimentos. Além disso, diante dos relatos e das conversas, percebemos que essa produção é primeiramente voltada

para a subsistência da propriedade e o excedente é comercializado com esforço para a renda da família.

Entretanto, precisamos frisar que o maior relato quanto às dificuldades para a produção está ligado à ausência de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER). Conforme os proprietários familiares, a ATER ainda se encontra muito limitada face aos outros modelos de produção (agronegócio). Nesse sentido, é preciso que a política de extensão rural seja priorizada pelas agências públicas e que essa limitação e outros desafios sejam mitigados para que a Agricultura Familiar, como protagonista na produção de alimentos em Rondônia, continue a produzir e abastecer a população com alimentos de qualidade e saudáveis.

CONTRIBUIÇÕES

Concepção: Wesley Henrique Garcia e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva.
Metodologia: Wesley Henrique Garcia e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva.
Análise formal: Wesley Henrique Garcia e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva.
Pesquisa: Wesley Henrique Garcia e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva.
Recursos: Wesley Henrique Garcia e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva.
Preparação de dados: Wesley Henrique Garcia e Silva. **Escrita do artigo:** Wesley Henrique Garcia e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva. **Revisão:** Ricardo Gilson da Costa Silva. **Supervisão:** Ricardo Gilson da Costa Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de mestrado, e à Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERON), pelo financiamento do projeto de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Apocs, Unicamp, Hucitec, 1992.
- BATALHA, M. O; BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF, 24 de julho de 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 30 set. 2023.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologia e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (org). **Mundo Rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad/PRONEX, 1999.

CASTRO, L. F. P. Modernização conservadora no agro brasileiro: trajetória, contradições e alternativas. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 03- 23, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49683>. Acesso em: 23 set. 2023.

COSTA SILVA, R. G. Globalização, agricultura e a formação do meio técnico-científico-informacional em Rondônia. **Acta Geográfica** (UFRR), p. 69-83, 2013. Link: <http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/1383/1211>

COSTA SILVA, R. G. Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: FERREIRA, G. H. C. (org.). **Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais**. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, v. 1, p. 333-354.

GUILHOTO, J. J.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G. D.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R., e MOREIRA, G. R. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em 26 set. 2023.

GRAZIANO, J. da Silva. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In. GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova dinâmica da agricultura Brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP**. 2000. 354 f. Tese (doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Revista Ciênc. saúde coletiva**. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n11/4251-4262#>. Acesso em 30 set. 2023.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações, o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J.C. (org.) **Agricultura familiar, realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPP, 1999.

ROCHA JR. A. B. *et al.* Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/CfXmjHCNPF5xYpL8mrKwwss/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 23 set. 2023.

ROSA NETO, C. **A cadeia agroindustrial da mandioca em Rondônia: situação atual, desafios e perspectivas**. Porto Velho: Embrapa Rondônia: Sebrae Rondônia, 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAF-RO-2010/14237/1/mandioca-livro-15-07.pdf> . Acesso em: 25 set. 2023.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 119, n. 3, p.511-531, jun. 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0